

A morte de zumbis conta como morte de pessoas?

Delegados discutem sobre direitos humanos dos contaminados.

Por: Valentina Maria Ferreira.

Na manhã de terça-feira, 10 de setembro, teve início o JPIC no Colégio Sagrado Coração de Maria, e foi aberta a primeira sessão do MOCK, uma simulação de debate no comitê MTO. O tema escolhido para a discussão foi um apocalipse zumbi, iniciado na Índia, em que os países deveriam debater medidas de prevenção e buscar uma cura.

Durante o debate, a Malásia propôs que os Estados Unidos intervissem com ajuda médica e militar, proposta essa que foi prontamente aceita pela federação. Outro país que se voluntariou a ajudar foi a Arábia Saudita, que ofereceu recursos para pesquisas, financiadas por suas reservas de petróleo. A África do Sul também se uniu à iniciativa, oferecendo auxílio na realocação de pessoas não contaminadas pelo vírus.

Conforme o debate avançava, a Índia sugeriu, como forma de diminuir o número de pessoas afetadas, o extermínio de uma parte da população contaminada, com o intuito de controlar melhor a situação. No entanto, foi levantada a questão de que, apesar de infectadas pelo vírus, os zumbis ainda seriam considerados pessoas, e exterminá-los violaria seus direitos. Os países chegaram a um consenso de que eliminar grande parte da população indiana não seria uma opção.

Outro argumento contra essa medida foi o fato de que o vírus se propagava pelo ar. O vírus seria liberado quando um zumbi fosse morto, escapando pelo canal respiratório e se espalhando na atmosfera.

Diante disso, a Índia aconselhou que todos os países, especialmente aqueles próximos a suas fronteiras, adotassem medidas preventivas semelhantes às tomadas durante a pandemia de covid-19, entrando em *lockdown*. Enquanto isso, China e Rússia se ofereceram para conduzir pesquisas na tentativa de encontrar uma cura para a doença.